



Caxias do Sul, 26 de setembro de 2018

Marina Matiello
Secretária Municipal da Educação

Durante a reunião do Conselho do Magistério, realizada no dia 26 de setembro, o/as delegado/as apresentaram uma série de problemas bastante preocupantes, envolvendo as escolas da rede municipal, pois denotam que a política desenvolvida por esta administração restringe-se a dois pilares básicos: economia vê a educação como gasto e não como investimento, e centralização total das decisões.

Os problemas apresentados pelo grupo são:

1. Fechamento da escola de turno integral Governador Leonel Brizola (*ver documento em anexo*). Esta atitude da administração contraria o que está na Meta 6 PNE: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica”, até 2024. Conforme divulgação do Observatório do Plano Nacional, em 2017, 40,4% é a porcentagem das escolas públicas do Brasil com matrículas no turno integral (<http://www.observatoriodopne.org.br/>). Mas isso não é tudo. A plataforma Educação & Participação divulgou que o censo do INEP, detectou uma redução no percentual de estudantes que estão matriculados em tempo integral de 2016 em relação a 2015: de 16,7% para 9,1%, uma queda de 46% no período de um ano (<https://educacaoeparticipacao.org.br/>). O fechamento do turno integral, da Escola Leonel Brizola, no nosso município irá engrossar ainda mais esses números negativos. Além disso, a forma como foi tomada esta decisão fere gravemente o direito de todo/as o/as estudantes de continuarem a ter acesso à escola em tempo integral. Muitos familiares não têm quem cuide do/as filho/as nem possibilidades econômicas de oferecer atividades no contra turno. Ademais, a forma como a comunidade foi informada da decisão da secretaria de fechar o turno integral, demonstra a centralização das decisões desta administração. Sobre o questionamento no que se refere ao projeto pedagógico da escola, a secretária da educação na reunião com a comunidade escolar realizada em 25.09, quando comunicou o fechamento do turno integral, afirmou que esse debate deve ser feito com os professores e não com os pais, ferindo os princípios da democratização e participação presente na LDB.
1. Outro ponto, importante, diz respeito a construção da escola. Foi prometida uma escola nova há 4 anos atrás. Até hoje não saiu do

papel penalizando a comunidade, cujos filhos têm que frequentar escolas de diferentes bairros, distantes de sua moradia. Mais uma vez a comunidade sofre com essa medida, que não será a solução do problema.

2. Fechamento da turma de 6º ano da E. M. E. F. Vitória Rech, obrigando o/as estudantes a se deslocarem para outras escolas. Mais uma vez, a SMED age de forma autoritária, sem ouvir e dialogar com a comunidade escolar envolvida. Pensamos que deslocamentos de estudantes pequenos, para escolas localizadas longe de suas residências, podem acarretar tragédias, como já aconteceu esse ano.
3. A falta de planejamento urbano e investimento em educação, acarretam superlotação de turmas em algumas escolas, dificultando a realização de um trabalho de qualidade.
4. A instituição de itinerância para professores que atuam no AEE inviabiliza um trabalho pedagógico de qualidade, pela falta de vínculo com a comunidade atendida.
5. O projeto +Alfabetização está trazendo resultados positivos para o/as estudantes. Entende-se que o projeto deve ser mantido como política permanente de alfabetização, e não apenas na eminência de uma não concretização do processo de aprendizagem.
6. A diminuição da carga horária do LIE, e engessamento da utilização do mesmo com a determinação de que para cada turma será destinado apenas um horário semanal, tendo o/a professor/a que complementar a carga horária com outra função dentro da escola. Essa medida inviabilizada a realização de projetos, desqualifica a boa utilização dos recursos digitais, bem como nega mais tempo de acesso à informática a boa parte do público das escolas atendidas, que não tem acesso ao mundo digital.

Diante do exposto, através deste documento, solicitamos a esta secretaria a revisão destas medidas, pois as mesmas ferem o direito a uma educação de qualidade, como também o direito a uma formação cidadã.

Silvana Pirolí

Presidente do SINDISERV